

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

O autor ajuda a compreender porque é que o famoso discurso, de grande carga emotiva, proferido pelo Presidente norte-americano, do cimo de uma plataforma provisória erguida em frente aos paços do concelho de Schöneberg, foi considerado, na ocasião, bastante inoportuno, quer pelos seus conselheiros, quer pela administração de Berlim Ocidental.

A insatisfação de todos aqueles que viviam, no fim de contas, naquilo que Taylor designa por «gaiola surrealista», terminaria, no entanto, no dia 9 de Novembro de 1989. A queda do Muro de Berlim, à semelhança da sua construção, deu-se numa única noite. Pouco mais de seis horas depois de uma atabalhoada conferência de imprensa e de uma campanha da imprensa ocidental, que pegou na confusa bola da regulamentação temporária das autorizações de saída, anunciada por Günter Schabowski, o porta-voz do Comité Central para os *media*, e a lançou para a frente, o Muro que «apartou famílias, estilhaçou vidas, destruiu trajectórias pessoais, penetrou nos pormenores mais ínfimos do quotidiano de gerações inteiras»², veio abaixo.

A queda foi seguida pela maior e mais louca festa de rua que o mundo já viu. E talvez, também por isso, inevitavelmente, por uma das maiores ressacas. Uma ressaca que só acabaria por chegar dois ou três anos após a reunificação da Alemanha e que, Frederick Taylor, analisa exaustivamente. O autor enuncia os principais problemas com que as duas Alemanhas se confrontaram e confrontam ainda hoje, concluindo que o maior castigo imposto pelo Muro à Alemanha de Leste foi o «roubo da esperança»

² ARAÚJO, António – Muro da vergonha. *Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa. N.º 17 (Mar. 2008) p. 161.

– a esperança num amanhã mais próspero e risonho.

No entanto e, como Frederick Taylor conclui, Berlim continua a ser Berlim. A cidade tem conseguido sobreviver e crescer unida. E, por isso, quando hoje deambulamos pela cidade, que adora divertir-se, e atravessamos a Porta de Brandenburgo, ou bebemos café numa das esplanadas da Unter den Linden, e sentimos os raios do sol que brilha, podemos até acreditar que «o Muro de Berlim foi, afinal, fruto de alguma mente mais perturbada»³.

Clara Serrano
Bolsista de Doutoramento da FCT/
CEIS20

TERZIS, Georgios (ed.) – *European Media Governance: The Brussels Dimension*. Bristol: Intellect Books, 2008. 216 p. ISBN 978-1-84150-198-7.

A abertura da Europa a uma nova era política e as profundas mudanças infligidas nas redes mediáticas a nível europeu constituem, hoje mais do que nunca, fenómenos concomitantes. Editada no âmbito do *European Journalism Centre* (EJC), instituição apostada numa reflexão sobre os desafios com que os media europeus se vêem confrontados, a obra de Georgios Terzis (Professor na *Vrije Universiteit Brussel* e membro do EJC) procura cruzar a dimensão comunicativa com o conceito de «Governança». Tarefa, no mínimo, complexa, se atendermos à arquitectura conceptual de uma noção que – situada na confluência de disciplinas como a Economia, Finanças, Política, Relações Internacionais, entre mui-

³ TAYLOR, Frederick – *O Muro de Berlim...*, p. 528.

tas outras – apresenta significados tão plurais quanto as Ciências Sociais que a adoptam como objecto de estudo. Conforme nota, a título de exemplo, o investigador Roderick Rhodes, o termo desdobra-se em pelo menos seis sentidos actualmente: os de «Estado mínimo», «Governança corporativa», «nova gestão pública», «boa Governança», «sistemas sociais e cibernéticos» e/ou «redes auto-organizáveis» (Rhodes, 1996).

A projecção deste debate no universo comunitário adquire contornos particularmente definidos com a publicação do documento «Governança Europeia – Um Livro Branco» (2001) pela Comissão Europeia. A definição do conceito – citada, inclusive, por Terzis no texto que prefacia a obra (Terzis, 2008: 11) – prende-se com «o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder a nível europeu, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia» (CE, 2001).

A CE adopta como ponto de partida uma realidade marcada pela co-observância de tendências de opinião contraditórias: por um lado, o reconhecimento dos cidadãos europeus face ao importante papel dos líderes políticos na resolução dos problemas sociais; por outro lado, os seus baixos níveis de confiança e interesse nas instituições e nesses mesmos dirigentes (*Ibidem*: 3). Neste contexto, caracterizado como «paradoxal», a proposta coloca a tónica na necessidade de a UE «iniciar uma adaptação das suas instituições e estabelecer uma maior coerência entre as suas políticas para tornar mais visível a sua acção e os princípios que defende» (*Ibidem*: 3).

É certo que, no que concerne a estas políticas sectoriais, a ideia de Governança tem sido amplamente explorada nos círculos académicos. Destaque-se, neste âmbito, trabalhos que analisam o conceito à luz da União Económica e Monetária (e.g.

Sandholtz e Sweet, 1998); da política de segurança (Webber, 2007); ou do horizonte normativo de «sociedade civil» (e.g. Ruzza e Sala, 2007; Smismans, 2006). Raros são, porém, os estudos que tratam a questão de uma perspectiva mediática, aspecto que, segundo pensamos, imprime a *European Media Governance: The Brussels Dimension* (2008) toda a utilidade e pertinência científica.

A urgência de desenvolver este campo analítico advém da constatação, registada pelos poucos autores que reflectem sobre a problemática, de que os sistemas de regulação dos media têm sido catapultados das esferas políticas nacionais para escalas locais, regionais, multinacionais e internacionais. Indo mais longe, os académicos sublinham que essa transferência não pressupõe uma simples mudança para outros patamares de acção, mas para uma natureza política distinta, porque ampliada além das competências estritamente governamentais (cf. McQuail, 2003; Bardoel e d’Haenens, 2004).

Esta linha evolutiva aparece expressa no próprio Livro Branco da CE, ao referir o papel central da sociedade civil – «igrejas e comunidades religiosas», «ONGs», «sindicatos e organizações de empregadores», entre outros parceiros sociais (CE, 2001: 16) – no reforço da participação cidadã no seio de uma Europa transparente e democrática. Tal objectivo é, de resto, indissociável de uma «estratégia de comunicação activa» (*Ibidem*: 11) sobre as tarefas e as decisões da UE, susceptível de aumentar a confiança do público nas suas instituições.

Filtrando esta realidade a partir de um prisma comunicativo, Terzis estabelece o fio condutor subjacente às distintas contribuições presentes na obra: o estudo de um conjunto de organizações do sector mediático que, sedeadas na capital belga, exercem a sua influência precisamente

em áreas de intervenção que deixaram de estar confinadas aos Governos dos Estados membros. Neste sentido, o livro inscreve-se na continuidade lógica do volume que o antecedeu, também editado pelo autor: *European Media Governance: The National and Regional Dimensions* (2007). Trata-se de uma análise bastante representativa que, centrada em trinta e dois países europeus, explora a nova Governança dos media (e.g. propriedade, políticas governamentais, associações cidadãs, entre outros temas) no contexto das profundas reconfigurações impostas por fenómenos hodiernos como os de convergência, concentração e globalização.

Ora, a percepção da «dimensão de Bruxelas» (para a qual este último livro transfere o enfoque analítico) como um mero patamar transnacional, ou como a simples soma de realidades nacionais fragmentadas, será uma visão necessariamente redutora. Sede administrativa da UE, a cidade tem vindo a emergir como uma realidade específica, enquanto pólo centralizador de um vasto leque de grupos de interesse: cerca de 2500, acolhendo aproximadamente 15000 funcionários, de acordo com um relatório recente do Parlamento Europeu (PE, 2008).

Naquela que representa a primeira investigação de fundo sobre o *lobby* no sector dos media em Bruxelas, Terzis propõe-se responder às seguintes questões: Quais são essas organizações e quem representam? Que regulações da UE é que procuram influenciar? De que forma participam nos debates mediáticos nas diferentes instituições da UE? Quais as suas mais importantes posições políticas? Que assuntos são hoje relevantes para as suas indústrias e que questões futuras tentam, desde já, antecipar? Finalmente, de que forma exercem pressão, coordenando os seus esforços com outros grupos análogos?

O capítulo inicial une, sob o título «Instituições da UE», dois textos com uma

clara função de enquadramento do papel desempenhado pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu (PE) no âmbito da Governança dos media. É interessante registar que ambos os artigos (o primeiro de Jean-Eric De Cockborne e Harald Trettenbrein, da CE, e o segundo de Nikolaos Sifunakis, do PE) focam sobretudo as indústrias audiovisuais, nas quais as actividades europeias se repercutem com particular intensidade. O anexo «Inventário das Medidas da UE com Impacte nos Media», colocado no final do livro, complementa e expande este útil exercício de contextualização.

A perspectiva institucional comunitária abre, desta forma, caminho àquele que se nos afigura como o ponto mais inovador do livro: a aplicação das perguntas de investigação acima elencadas a dez organizações de cariz mediático e comunicativo. A colocação da *European Broadcasting Union* (apresentada por Jacques Briquemont) e da *Association of European Radios* (num texto de Vincent Sneed) no topo da lista corrobora, no nosso entender, o lugar privilegiado ocupado pela rádio e pela televisão nas paisagens comunicativas actuais. Esta ideia prolonga-se, de resto, na secção seguinte, dedicada à indústria fílmica, na qual Cécile Despringre expõe o papel da *Federation of European Film Directors* no quadro audiovisual europeu.

O terceiro grupo reporta-se ao sector das «Publicações Escritas», representado pela *European Newspaper Publisher's Association* e *European Federation of Magazine Publishers* (na pessoa dos seus Directores, Valteri Niiranen e David Mahon, respectivamente). Não se restringindo, contudo, ao universo jornalístico, engloba também uma perspectiva editorial, através do contributo de Celine D'Ambrosio, Olga Martin Sancho e Anne Bergman-tahon, membros da organização *Federation of European Publishers* (FEP), do ramo livreiro.

Seguem-se dois textos que, embora centrados na área de «Publicidade», abordam duas dimensões distintas: as potencialidades da rede e do digital, clarificadas por Dominic Lyle (*European Association of Communications Agencies*), e a reafirmação do poder audiovisual, explicada por Michel Grégoire (*Association of Television and Radio Sales Houses*). Já na quinta parte, «Jornalismo e Guionismo», Aidan White apresenta a *European Federation of Journalists*, e Christina Kallas a *Federation of Screenwriters in Europe*. Finalmente, o panorama do *lobby* mediático é completado pela visão de Cornelia Kutterer, da *European Consumers' Organisation*, sobre o modo como os consumidores perspectivam a indústria dos média, com especial incidência sobre o impacto da televisão e da publicidade.

No cômputo geral, a mais-valia desta análise parece residir no entendimento do sector mediático de forma lata (audiovisual, imprensa, publicidade, jornalismo, guionismo, consumidores), sem que essa abrangência se traduza, porém, numa investigação de carácter vago ou disperso. Todos os textos procuram, pelo contrário, responder às questões que julgamos mais relevantes no quadro da Governança dos média europeus. Além disso, são também teoricamente balizados por notas introdutórias (de Alison Harcourt) e conclusivas (de Bettina Peters) que, delineando os quadros de regulação e as tendências a longo prazo no sector, se revelam uma valiosa orientação para o leitor.

No entanto, a ausência de um modelo uniforme ao longo dos capítulos (i.e. extensão, tópicos e número de subtítulos variáveis) acaba por dificultar um exercício comparativo das posições perfilhadas pelas organizações em estudo. A este aspecto, relacionado com o *formato*, acresce ainda uma questão de *conteúdo*: talvez devido à natureza técnica dos assuntos focados, os artigos pas-

sam mais por uma síntese de linhas políticas generalizadas do que propriamente por um exame pormenorizado de problemáticas específicas.

Não obstante estas ressalvas, devemos reconhecer que a pluralidade de colaborações reunidas, de forma inédita, num só volume confere à obra uma dimensão fortemente representativa dos actores, políticas e actividades numa área que requer uma pesquisa académica mais substancial. Efectuando quer o registo de iniciativas já implementadas, quer uma análise das questões que poderão moldar futuros debates, trata-se de um manual indispensável para estudantes, investigadores, ou simplesmente para quem deseje reflectir sobre as complexas mas estimulantes paisagens mediáticas à escala europeia.

Ana Isabel Martins

Bolsista de Doutoramento da FCT/CEIS20

BIBLIOGRAFIA

- BARDOEL, Jo.; D'HAENENS, Leen – Media meet the citizen. Beyond market mechanisms and government regulations. *European Journal of Communication*. London: Sage Publications. Vol. 19, n.º 2 (2004) p. 165-94
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CE) – Governança Europeia – Um Livro Branco. [Em linha]. COM(2001) 428 final, 2001. [Consulta 4 Abr. 2009]. Disponível em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0428pt01.pdf
- MCQUAIL, Denis – *The Media in Europe: The Euromedia Handbook*. London: Sage Publications, 2003.
- PARLAMENTO EUROPEU (PE) – Report on the development of the framework for the activities of interest representatives (lobbyists) in

- the European institutions (2007/2115(INI)). [Em linha]. A6-0105/2008 [Consulta 4 Abr. 2009]. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/ocil/file.jsp?id=5484652>
- RHODES, Roderick – The new governance: governing without government. *Political Studies*. S. Osborne: Blackwell Publishing, Vol. 44 (1996) 652-67.
- RUZZA, Carlo e DELLA SALA, Vincent – *Governance and Civil Society in the European Union: Normative perspectives*. Manchester/ New York: Manchester University Press, 2007.
- SANDHOLTZ, Wayne; SWEET, Alec (eds.) – *European integration and supranational governance*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- SMISMANS, Stijn (ed.) – *Civil Society and Legitimate European Governance*. Cheltenham UK/Northampton USA: Edward Elgar, 2006.
- TERZIS, Georgios (ed.) – *European Media Governance: The National and Regional Dimensions*. Bristol: Intellect Books, 2007.
- WEBBER, Mark – *Inclusion, Exclusion and the Governance of European Security*. Manchester: Manchester University Press, 2007.